



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/05/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1 - 2
2. JORNAL AQUI	
2.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	3
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	4
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	5
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	6
5.2. ESMAM.....	7
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	8
6.2. COMARCAS.....	9
6.3. JUÍZES.....	10
6.4. PLANTÃO NO TJMA.....	11
6.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	12

Mutirão fiscal permitirá aos contribuintes regularizarem seus débitos

Pág. 7

Mutirão fiscal permitirá aos contribuintes regularizarem seus débitos

Quem tem dívidas fiscais no âmbito municipal e estadual terá a oportunidade de negociar suas pendências durante o I Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, que será realizado até o dia 18 deste mês no hall do cinema do Shopping da Ilha. O evento está sendo realizado pelo Governo do Estado em parceria com o Tribunal de Justiça (TJ).

O objetivo é incentivar os contribuintes a regularizarem seus débitos. As negociações serão facilitadas por meio de vantagens como descontos e outros benefícios para quem optar pela regularização. A expectativa é que mais de três mil contribuintes inadimplentes participem. Pessoas físicas e jurídicas poderão resolver questões relacionadas a débitos com tributos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA).

Os descontos para o IPVA podem chegar a 100% sobre os juros, caso o pagamento seja feito em cota única. Já o ICMS pode ser parcelado em até 60 vezes, com desconto de 80%; se o pagamento for entre 61 e 120 parcelas, o desconto será de 60%. As negociações firmadas para o pagamento desses tributos terão validade até dia 31 de maio.

Durante o mutirão serão realizadas ações de arrecadação fiscal, conciliação jurídica e serviços da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA), do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA) e do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA).

"O Governo mostra seu pioneirismo ao unir suas estruturas de gestão com a do Judiciário para ações de conciliação, além de disseminar a cultura da justiça fiscal", ressaltou o procurador-geral adjunto da PGE, Bruno Tomé Fonseca. Ele explicou que o mutirão é uma possibilidade para o contribuinte reduzir ou acabar com inadimplências.

Bruno Tomé Fonseca frisou que ao regularizar a situação fiscal, o contribuinte fortalece a economia do Estado, uma vez que a

sua postura impacta diretamente na arrecadação. Os contribuintes que possuem débitos mais elevados foram notificados para participarem do mutirão. Uma vez acionados, estas pessoas têm a opção de comparecer nos dias marcados para rever sua situação procurando a PGE ou o Tribunal de Justiça até o final de maio.

Mesmo sem ter sido notificado, qualquer contribuinte que tenha dívidas fiscais pode comparecer ao mutirão. "Uma das grandes vantagens do programa é oferecer parcelamento acima de 60 vezes, no caso do ICMS, e anistia integral dos juros no pagamento à vista do IPVA", lembrou o procurador-geral adjunto da PGE. Durante o Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, a PGE vai orientar sobre os processos judiciais.

Além da PGE, outros órgãos estaduais estão envolvidos com o Mutirão como a Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos (Secap), Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e Procon. O secretário de Estado de Fazenda, Marcellus Ribeiro Alves, afirmou que ações deste porte são de grande importância para a economia. "Sobretudo se considerarmos o cenário econômico que todo o país enfrenta", declarou. Já o diretor do Procon, Duarte Júnior, destacou a missão do órgão de monitorar e orientar os cidadãos para melhorar a qualidade das relações de consumo. "O evento é de extrema importância para que as pessoas possam solucionar suas pendências com o Estado e ter os direitos restabelecidos", disse.

Ao Tribunal de Justiça, parceiro na realização do evento, cabe a colaboração direta na mediação das audiências de conciliação, por meio da Vara de Execução Fiscal. O órgão vai disponibilizar uma sala de audiência para os contribuintes que respondem a processo de execução fiscal e também será disponibilizado um sistema de agendamento no site do Tribunal de Justiça para marcar as audiências.

Agendamento - Contribuintes interessados em regularizar a situação fiscal podem fazer o agendamento no site do evento em www.ma.gov.br/mutiraofiscal. Na plataforma, deve informar o número do CPF ou CNPJ e confirmar a presença no evento. Ao acessar o site, o contribuinte poderá consultar a situação fiscal em que se encontra e todas as vantagens do mutirão. O contribuinte também poderá simular seus descontos e realizar o autoatendimento, imprimindo o documento de arrecadação referente ao seu débito.

Os olhares de Beto Lima

O artista plástico maranhense Beto Lima retorna à galeria de arte do Fórum de São Luís com 16 obras criadas exclusivamente para a exposição. São telas que retratam o olhar do artista sobre diversos temas e locais em que esteve ou morou, a exemplo de Veneza e Roma (Itália) e dos municípios maranhenses de Araióses, sua cidade natal; e São Luís, onde vive desde a adolescência. A exposição fica em cartaz até o dia 30 deste mês e está aberta ao público das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, na Galeria de Artes Celso Antônio de Menezes, localizada no hall do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

SEMANA DA INFÂNCIA

Processos envolvendo abusos serão julgados

Teve início na segunda-feira (16), no Fórum de São Luís, nas instalações da 9ª Vara Criminal da Capital – especializada em Crimes relativos à área – a Semana da Infância, que tem como objetivo julgar o maior número possível de processos envolvendo violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes, além de ações em trâmite nas Varas de Família. A iniciativa é da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

“Nosso intuito é incentivar o julgamento do maior número de audiências, durante a Semana – garantindo mais celeridade ao andamento dos

processos, além de fomentar –, e divulgarmos práticas diferenciadas e adotadas pelo Judiciário maranhense em prol da causa social”, ressaltou o presidente da Coordenadoria, desembargador José de Ribamar Castro.

Castro ressaltou a importância da iniciativa e elogiou o trabalho dirigido pelos juízes, que – segundo ele – têm se envolvido cada vez mais com a problemática, apresentando ideias e projetos especiais.

A juíza auxiliar da 9ª Vara Criminal, Stela Muniz, afirmou que o trabalho de mobilização e conscientização é feito no ano inteiro por meio de um tratamento diferenciado, oferecido com o auxílio de uma

equipe multidisciplinar – assistentes sociais e psicólogos – às vítimas e aos familiares –, no qual a informação é essencial.

“O maior instrumento para o combate à violência e ao abuso sexual é a informação. E cabe ao Poder Judiciário e à sociedade trabalharem juntos no sentido de informar nossas crianças e adolescentes acerca dos efeitos nefastos da exploração sexual. Afinal, o maior problema não é o impacto físico e – sim – o aspecto psicológico, os inúmeros danos causados”, enfatizou a magistrada.

Tramitam na 9ª Vara, atualmente, 1.725 ações judiciais. Um estudo elaborado pela unidade – referente a dados de 2013 – verificou que do uni-

verso de processos, os crimes sexuais apareceram no ranking da relação, com 38% do total. Em seguida, vem os crimes contra o patrimônio (23,50%) e aqueles incluídos em matérias diversas (maus-tratos, corrupção de menor, tráfico de drogas etc.), com o percentual de 18,70%.

A psicóloga Edla Ferreira, da 9ª Vara, ressaltou que “o trabalho realizado na unidade não se limita somente à aplicação da lei, mas também envolve um processo de humanização articulada em um conjunto de serviços, de forma a tentarmos minimizar os impactos que as vítimas e seus familiares sofrem após vivenciarem um ato de violência”, afirma.

Vara da Infância fará passeio ciclístico dia 22

IMPERATRIZ - Um passeio ciclístico promovido pela Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz no dia 22 deste mês visa o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. A concentração acontecerá a partir das 7h, em frente ao Fórum de Justiça da Comarca (Rua Rui Barbosa, s/nº - Centro).

Infância

Teve início ontem, no Fórum de São Luís, nas instalações da 9ª Vara Criminal da Capital – especializada em Crimes relativos à área – a Semana da Infância, que tem como objetivo julgar o maior número possível de processos envolvendo violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes, além de ações em trâmite nas Varas de Família. A iniciativa é da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A eficiência da democracia



**JOÃO BATISTA
ERICEIRA**

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
E SÓCIO MAJORITÁRIO DE
JOÃO BATISTA ERICEIRA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

A Escola de Magistratura do Estado do Maranhão – Esmam, dirigida pelo Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, semana passada promoveu atividade de palestras intituladas: “Transformações do Estado e da Sociedade e seus Impactos Jurídicos Entre o Final do Século XX e o Início do Século XXI”, protagonizadas pelo jurista e sociólogo do Direito José Eduardo Faria. O palestrante exhibe invejável currículo. Mestre pela Universidade de São Paulo-USP, de quem é professor de Teoria Geral do Direito, cursou pós-doutorado pela Universidade de Wisconsin nos Estados Unidos. Autor de extensa bibliografia onde se destacam: O Direito na Economia Globalizada; Justiça e Economia na Democratização Brasileira, e Justiça e Conflito, os Juízes em face dos Movimentos Sociais. Em todos eles evidencia-se o pesquisador interessado em estabelecer relações entre a esfera do jurídico e os movimentos da economia, da sociedade, e as questões de poder que lhes são correspondentes.

De uma família de professores, percorreu as etapas da carreira docente, auxiliou luminas das cátedras da USP, como Tércio Sampaio Ferraz, Goffredo Telles Júnior e Miguel Reale. Concomitantemente estagiou no “Jornal da Tarde” da família Mesquita, proprietária de “O Estado de São Paulo”, de quem foi depois editorialista. O jornalismo muito o ensinou, obrigando-o a permanecer no país em meados dos anos setenta, quando se fazia a migração do regime autoritário

para o Estado Democrático de Direito, ao tempo em que cursava mestrado e doutorado, deixando os estudos no exterior para meados dos anos oitenta do século passado.

A direção da Esmam merece elogios pela iniciativa de dotar os juízes estaduais do essencial preparo na sociologia jurídica, indispensável a uma adequada interpretação e aplicação das normas, considerando a sua etiologia social, e as complexidades e conflitos da sociedade contemporânea, tornando-a uma ferramenta inafastável. Lucraram os juízes e a sociedade a que devem servir.

Face a compromissos profissionais, estive rapidamente no auditório da Esmam para cumprimentar o palestrante, e infelizmente, ouvir parte de sua aula sobre as relações entre os surtos inflacionários e as quedas de presidentes da República, desde o regime autoritário, incluindo o período de vigência da Constituição Federal de 1988.

Na oportunidade, perguntei-lhe sobre as perspectivas do presidente interino Michel Temer, considerando a confirmação de Henrique Meirelles para o Ministério da Fazenda. Ligado ao mundo financeiro internacional, chefiou o Banco Central na gestão do presidente Lula, e a sua nomeação seria uma garantia para que o mercado se tranquilizasse, criando ambiente favorável ao mundo dos negócios. José Eduardo me disse não ter acompanhado mais atentamente as publicações nos veículos da mídia, admitiu, entretanto, que em função do atual contexto, dificilmente deixará de ser aplicada a fórmula corte de gastos e elevação da carga tributária.

A Meirelles, o orientador da receita, caberá dosar a aplicação da terapia, a fim que se evitem os sobressaltos das ruas, advindos dos movimentos sociais, alertados para o perfil liberal do novo governo, pronto para a

dosimetria dos tratamentos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Recordo que após os dez dias de manifestação que abalaram o Brasil, em junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff manifestou-se pela convocação de Assembleia Constituinte visando alterar o pacto constitucional. O então vice-presidente manifestou-se contrário, alegou motivos de ordem doutrinária, para ele, não houera ruptura institucional que justificasse. Aduziu, em primeira etapa a atual Constituição Federal recuperou os direitos individuais e políticos, em segunda, os direitos sociais, possibilitando a ascensão de 35 milhões de pessoas à classe média. Na terceira etapa, estas pessoas reivindicam justamente a eficiência na prestação dos serviços estatais essenciais.

Conheci o então vice-presidente em meados dos anos oitenta em Olinda, Pernambuco, em uma reunião de pesquisadores, promovida pelo CNPq. Integrava o grupo sustentando uma pesquisa de Sociologia Jurídica, ele, professor de Direito Constitucional, pela PUC de São Paulo, defendia trabalho de sua área. Publiquei em 2013, artigo sob o título “A Democracia Eficiente”, em que destaquei o descompasso entre o Estado e Sociedade, e entre a legalidade e a legitimidade no Brasil. Esta última só poderá ser alcançada com a prestação de serviços estatais de excelência em segurança, saúde, educação, transporte público, dentre outros.

Finalmente, o professor José Eduardo Faria, na interpretação do Direito Constitucional, contrariando as escolas sistêmicas e rígidas, contrapõe uma hermenêutica principiológica, aberta, flexível, para permitir a conquista da legitimidade, em outras palavras, a eficiência da Democracia.

Negociação de dívidas tributárias em curso no Mutirão de Negociação Fiscal

Os devedores de tributos estaduais como IPVA e ICMS já podem negociar suas dívidas no Mutirão de Negociação Fiscal, que teve início ontem (16) e vai até quarta-feira (18), no Shopping da Ilha, numa parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Governo do Maranhão. No evento, os contribuintes – com processos de execução fiscal na Justiça ou dívidas ainda não judicializadas – podem quitar o débito ou fazer acordo de parcelamento. O mutirão ocorre das 10h às 22h – horário de funcionamento do shopping – no espaço montado no 3º piso, próximo à área do cinema. A estrutura inclui sala para audiências, balcão de atendimento, mesas de negociação, caixas eletrônicos do Banco do Brasil para pagamento de débitos de tributos, entre outros. No local, haverá também atendimento do Detran, Viva Cidadão, Procon e Serasa. O objetivo é reduzir o número de

ações em tramitação nas três varas de Execução Fiscal de São Luís e a inadimplência junto à Fazenda estadual, em relação a tributos como IPVA e ICMS. A iniciativa visa também possibilitar aos contribuintes a negociação de seus débitos. Atualmente, tramitam cerca de 24 mil processos de execução fiscal referentes ao Estado e ao Município de São Luís nas três unidades judiciais. Os devedores de ICMS poderão quitar os débitos do tributo, com redução de multas e juros de 100%, se o pagamento for feito em parcela única; de 80%, em 60 vezes; e de 60%, para pagamento de 61 até 120 parcelas. Em relação ao IPVA, o devedor que quitar o débito em parcela única terá redução de 100% dos juros e das multas punitivas e moratórias. Esse desconto vale para dívidas decorrentes de fatos geradores ocorridos até 1º de janeiro de 2015 – constituídos ou não e inscritos ou não – em dívida ativa, inclusive ajuizados.

- O juiz que responde pela Comarca de São Vicente Férrer, Luiz Emílio Bittencourt, determinou a suspensão de atendimento ao público e de prazos processuais ontem (16), em decorrência dos serviços de dedetização no Fórum Desembargador José Henrique Campos.

(...)

O maior instrumento para o combate à violência e ao abuso sexual é a informação. E cabe ao Poder Judiciário e à sociedade trabalharem juntos no sentido de informar nossas crianças e adolescentes acerca dos efeitos nefastos da exploração sexual. Afinal, o maior problema não é o impacto físico e – sim – o aspecto psicológico, os inúmeros danos causados”, enfatizou a juíza Stela Muniz

- Respondem pelos plantões criminal e cível, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), de ontem (16) até domingo (22), respectivamente, os juízes Marcelo José Amado Libério (Juizado Especial Cível e Criminal de Ribamar) e Cleonice Conceição do Nascimento (10ª Vara da Fazenda Pública de São Luís).
- De segunda a sexta-feira ocorre o plantão noturno (18h até 6h) e nos sábados, domingos e feriados, durante 24 horas.

Editorial

Transportes: licitação histórica

Um fato histórico se pronunciou em São Luís nos últimos dias e com ele carregou definitivamente para a História desta capital o prefeito Edivaldo Holanda Júnior. Trata-se da licitação dos transportes públicos o que alguns parecem encarar como medida corriqueira da administração, mas que, para o caso de São Luís e muitas cidades do Nordeste, reúne décadas de aspirações, projeções e reivindicações engolidas a seco pela população.

É um ato administrativo que, antes de tudo, precisou reunir coragem, determinação e, principalmente, vocação política transparente e honesta do prefeito para o aporte de grandes decisões no atendimento das demandas sociais do povo. O mundo capitalista conhece as dificuldades e reticências quando se trata de combater monopólios assentados em qualquer cidade, qualquer país. Exige sempre o enfrentamento de gente muito poderosa, o seqüenciamento de batalhas ininterruptas, nas quais quase sempre os monopólios saem vencedores. Felizmente, não foi o caso.

Não se trata de nenhum exagero de retórica dizer que a pressão dos empresários reduziu o sistema de transportes em São Luís a esse vergonhoso padrão de qualidade. Quando esta licitação, finalmente, chega à fase de apresentação e análise de propostas, estamos vencendo décadas de açambarcamento de uma concessão precária, operada com olho nos lucros e nenhuma preocupação com a dignidade dos usuários e contribuintes. Da mesma forma, não se trata de exagero de retórica afirmar que até aqui os gestores do município de São Luís se renderam a essas pressões, atenderam aos interesses empresariais em detrimento do bem-estar de uma população inteira.

O que fez, na verdade, o prefeito Edivaldo Holanda Júnior, foi quebrar esse ciclo monopolista que fez arrastar a população décadas inteiras em ônibus velhos, deteriorados, acabados, até perigosos. Um número reduzido de empresas manipulando o mercado, especialmente em se tratando de concessão pública, acaba sempre em péssima prestação de serviços, alta de preços e declínio explosivo da qualidade. Essa é uma regra irrefutável da economia de mercado que, nesse caso, foi rompida somente agora. Com a licitação, estão fixadas penalidades para as empresas que não atenderem ao padrão de qualidade exigível e presente em quase todas as capitais do país, como ônibus biarticulados, ar condicionado, acessibilidade, veículos novos. Louve-se, também, o posicionamento da justiça maranhense que, por meio do sempre isento juiz Douglas Martins, optou pelo indeferimento de todos os recursos de empresários muito bem organizados para barrar judicialmente a histórica conquista de uma licitação dos transportes públicos em São Luís. Depois de tanto sofrimento, esta é uma luta que não podemos perder.